



VII COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA EN AMÉRICA DEL SUR

“Movilidad, Gobernabilidad e Integración Regional”

Mar del Plata, Argentina

29 de Noviembre al 1º de Diciembre de 2007



ÁREA TEMÁTICA – AVALIAÇÃO E CREDENCIAMENTO

Autores: Helena Copeti Callai.
Magna Stella Cargnelutti Dalla Rosa.
Jucelino Jorge Ferraz.
Maria José Barbosa de Souza.

Título: Auto-avaliação - O Caso da Unijuí.

Resumo

A identidade da Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS - enquanto instituição universitária afirma-se tradicionalmente não apenas pelo olhar interno, mas também pela possibilidade da participação e da opinião da comunidade universitária e da sociedade. Com base na sua história de avaliação e com referência na Lei do Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - a Unijuí, por meio da CPA – Comissão Própria de Avaliação -organizou espaço para a comunidade universitária e para a sociedade participar em seu projeto de avaliação institucional na perspectiva da “escuta”, da “reflexão”, do “diálogo” e do “encaminhamento às instâncias de gestão da Universidade” de demandas institucionais e da região. Nesse sentido, a CPA preocupou-se em encontrar formas de envolver a todos os segmentos da comunidade universitária, chamando-os a se auto-avaliarem e, assim, promover a auto-avaliação institucional. Esta evidencia, na Unijuí, o compromisso de uma prática de reflexão e de sistematização da atuação universitária em suas diferentes dimensões sustentada no princípio democrático, no diálogo e na interação no âmbito da comunidade universitária e da comunidade externa. Como metodologia adotada pela CPA, o desafio de que cada segmento universitário organizasse a sua própria forma de fazer a auto-avaliação, possibilitou que surgissem encaminhamentos metodológicos diferenciados e muitas vezes originais. Os resultados estão se caracterizando por formas significativas de pensar a Universidade no seu papel em âmbito nacional e particularmente a Unijuí.

Palavras-chave: Auto-avaliação, Participação, Reflexão.

Introdução

O presente ensaio discute temática do cotidiano das universidades brasileiras pela abordagem da experiência de auto-avaliação institucional, realizada na Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS – Unijuí - a partir da instituição do Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior - Sinaes. Contextualiza o ensino superior na Região Noroeste do Estado do RS, apresenta as ações, metodologias e a sistematização das reflexões e resultados da auto-avaliação efetivada pelos docentes, discentes, técnicos-administrativos e comunidade externa da Unijuí.

Nesse debate importa destacar que a introdução do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes - nas IES brasileiras gerou e está gerando incertezas, advindas da sua complexidade e exigências em termos de regulação e avaliação. Não há dúvida de que todos estamos em busca da qualificação da educação superior, mas a política desse sistema está desafiando as instituições a repensar os seus processos e se reposicionar no meio social, cultural, científico e econômico. Assim, a avaliação da educação superior, regulamentada por lei, é uma realidade e, portanto, caberá a cada IES criar as suas alternativas para qualificação de seus processos tanto acadêmicos, quanto administrativos. Na Unijuí essa prática é uma de suas marcas desde a sua origem.

Para a compreensão dessa trajetória apresenta-se uma breve contextualização da origem da Universidade. O ensino superior em Ijuí ocorre a partir de duas aspirações: a dos frades capuchinhos em transformar os cursos de Filosofia em Faculdades de Filosofia, e a do movimento secundarista, em que estudantes pretendiam continuar seus estudos com vistas à profissionalização por meio do ensino superior. Assim, concretiza-se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – Fafi - em Ijuí, mantida pela Sociedade São Boaventura, da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, com sede em Caxias do Sul. A Fafi, criada em 1956 e instalada em março de 1957, constitui-se pela instauração dos cursos de Filosofia e Pedagogia, visando à formação de professores, bem como à formação humana e profissional da população regional. Esses cursos, com características crítico-humanísticas, se consolidam como diretrizes básicas do projeto de fundação da Instituição, em todas as suas áreas de conhecimento.

Assim, a fundação da Unijuí é concebida e estabelecida por um projeto humanístico. A sua inserção no ensino superior, mediante os cursos de Filosofia e de Pedagogia, revela a preocupação com a formação de professores, bem como com a formação humana e profissional da população. Estes cursos são de caráter humanístico e crítico, constituindo-se, enquanto tais, em diretriz no contexto do seu projeto originário (Unijuí, Processo de Cadastro da Educação a Distância, 2004).

A partir dessa postura de articulação com a comunidade se efetiva o termo “comunitário” que se expressa pelo compromisso social de inserir a Instituição na busca do desenvolvimento regional e das condições de vida da sociedade local e regional. Nesta reflexão, recorreremos à passagem de Brum (1998, p. 121) ao afirmar que:

a Unijuí é uma universidade que se fez a si mesma em crescente envolvimento com o processo histórico-social concreto da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Essa inserção lhe conferiu um caráter comunitário peculiar, suas políticas e atividades constituindo-se em serviço público de fato, embora de direito não seja uma universidade estatal. Não é obra de governo, de planejamento central ou de grandes políticas governamentais. É obra da história do povo, empenhado na construção dos seus espaços de vida. Assim, a expressão, universidade comunitária, na Unijuí, nasce com a marca de ser universidade pública não-estatal, resultante de grupos e forças sociais de comunidades locais e regionais, que buscam a escolaridade cultural e profissional de seus filhos. No caso da Unijuí sob a coordenação dos Freis Capuchinhos, que iniciaram a articulação com a comunidade.

O termo “comunitário” justifica-se no sentido de que a Unijuí é mantida pela Fidene – Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do RS - sem fins lucrativos, de caráter filantrópico. Constitui-se em uma fundação, que não tem dono, é uma entidade filantrópica, por isso sua função sustenta-se no caráter social, ou seja, servir à comunidade. São os princípios de comunitária, de participação, de diálogo e de regional que orientam as práticas da Unijuí, nas dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão.

Nos dias de hoje, algumas reflexões têm sido feitas no sentido de que esse modelo de universidade comunitária está se deparando com dificuldades econômicas, pois em decorrência da necessidade de sustentabilidade, a exemplo dos outros modelos, as comunitárias gaúchas estão buscando alternativas para sua viabilidade financeira e muitas vezes corre-se o risco de o administrativo afetar o acadêmico e o pedagógico.

Este é o desafio que as comunitárias e, no caso, a Unijuí, estão enfrentando, ou seja, como sair da crise sem perder a identidade, uma identidade calcada em princípios de participação, diálogo e, essencialmente, voltada para o desenvolvimento regional? Cabe destacar, nesta reflexão, que a região, o Estado e o próprio país estão passando por momentos de reestruturações na educação superior e em outros setores e neste contexto encontram-se as instituições de educação superior, com destaque para as comunitárias.

Para contextualizar a diversidade das instituições de ensino superior e de seu compromisso social recorremos a Habermas (1993, p. 113) quando este pensador afirma que a universidade demanda uma diferenciação no seu interior, tendo em vista que está inserida num contexto de diferenças, já não carregando mais ideais ou idéias norteadoras. Muitas funções são assumidas por diferentes pessoas em distintos lugares institucionais e com diversos pesos relativos. A consciência corporativa dilui-se na consciência intersubjetivamente partilhada de que uns fazem coisas diferentes de outros, mas que, todos juntos, realizando, de uma ou de outra forma, um trabalho científico, preenchem não uma função, mas um feixe de funções que podem convergir e articular-se entre si. É nessa complexidade que se inscreve e se fundamenta a avaliação.

É na dimensão de pluralidade defendida por Habermas que a Unijuí nasceu e se consolidou na comunidade, e portanto é com este espírito que a auto-avaliação institucional é uma prática que se faz presente desde a sua criação como instituição de ensino superior. O caráter comunitário sempre exigiu dos envolvidos a participação efetiva na definição dos caminhos e dos rumos da instituição. Acredita-se que a construção de uma universidade comunitária, fundante de uma natureza pública não-estatal, deve constituir-se, em si mesma, num processo pedagógico de aprendizagem e de conhecimento, de qualificação de fatores condicionantes do desenvolvimento da comunidade que a insere. Deve consolidar-se em um processo de democratização das relações e oportunidades sociais. É esse processo pedagógico que funda historicamente os interesses dos envolvidos, e que leva a querer sempre “se pensar”, a rever constantemente o que é feito, seja como um todo institucional, como grupos específicos e como sujeitos singularizados inseridos no contexto.

A auto-avaliação institucional na Unijuí é uma prática que se efetiva desde a sua criação como instituição de ensino superior, pelo seu caráter comunitário que sempre exigiu a participação da comunidade, tanto interna quanto externa, na definição dos rumos a seguir. Foi a partir de 1994, entretanto, com a constituição do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - Paiub¹ que se oficializou a Avaliação Institucional na Unijuí, em conjunto com o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Comunitárias Gaúchas - Paiung². O debate, as ações e resultados dessas

¹ O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras é uma proposta de avaliação institucional que engloba as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão das IES, em todos os seus aspectos. O Paiub integra, na sua metodologia, os resultados das avaliações conduzidas pelo MEC, com o objetivo de articular informações e assegurar uma visão de conjunto da qualidade da instituição. Para o Paiub, a avaliação institucional é um processo de contínuo aperfeiçoamento do desempenho acadêmico e de prestação de contas à sociedade, constituindo-se em ferramenta para o planejamento da gestão e do desenvolvimento da educação superior. Na perspectiva adotada, a avaliação apresenta-se com um caráter pedagógico e imprescindível no processo de desenvolvimento da instituição.

² O programa de Avaliação Institucional das Universidades Comunitárias - Paiung que integra o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - Comung foi oficializado em 1994 por um conjunto de dez instituições do Estado do Rio Grande do Sul. O Paiung foi criado com o objetivo de construir uma metodologia de avaliação institucional adequada às universidades comunitárias, sensibilizando assim a comunidade universitária para a necessidade e a importância de fazer a avaliação das suas atividades. Nesse sentido, este programa constitui-se em um fórum de debates e encaminhamentos de temas comuns sobre a avaliação institucional entre essas instituições. Os encontros realizam-se de forma itinerante. Participam do Comung/Paiung as seguintes instituições: Universidade de Caxias do Sul – UCS; Universidade de Cruz Alta – Unicruz; Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc; Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI; Universidade da Região da Campanha – Urcamp; Universidade de Passo Fundo – UPF; Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí; Universidade Católica de Pelotas – UCPel; Pontifícia Universidade Católica do RS – PUC, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, Centro Universitário Feevale e Centro Universitário Univates. A Unijuí coordenou o PAIUNG no período compreendido entre 1999 e 2004. A UPF assumiu a gestão de 2004 a 2006. As publicações estão disponíveis nas instituições que integram o Paiung. Informações no site www.paiung.tche.br

etapas estão registrados na coleção “Cadernos de Avaliação Institucional^[3]”, totalizando vinte e um volumes, além das publicações do Programa de Avaliação das Instituições Comunitárias Gaúchas - Paiung - as quais se constituem em objeto de pesquisa.

Com a criação do Sinaes, em 2004, essa concepção de avaliação, do todo pelo todo, vem reiterar os pressupostos da Unijuí, uma vez que a nova comissão (CPA), reestruturada, assume a postura da comissão anterior, de acompanhar e sistematizar o processo, bem como estimular a comunidade universitária para que se auto-avalie.

Sustentada nesses pressupostos e na perspectiva de continuidade do processo de avaliação como reflexão e sistematização permanente e com referência na Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes - que se institui a CPA/Unijuí, estabelecida pela Portaria da Reitoria nº 19/2004, de 14 de junho de 2004, e modificada pelas Portarias nº 54/2005, de 3 de setembro 2005, e nº 05B/2006, de 13 de fevereiro de 2006, que alteram parcialmente a sua composição. Busca-se dar continuidade às ações que ao longo desses anos foram desenvolvidas e o material produzido, que em alguns momentos têm os resultados apresentados por intensa quantificação e outros, além destas, por análises críticas.

Assim, o Projeto de Auto-Avaliação Institucional, denominado III Fase, foi organizado pela CPA, com base na dinâmica de processo, de construção conjunta e com referência à nova Lei - nº 10.861/2004 – que institui o Sinaes - Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior. Esta lei, no contexto das políticas públicas de educação superior, expressa a alteração em âmbito de Estado quanto à concepção de avaliação até então vigente, passando a considerá-la enquanto sistema. Este envolve os estudantes – Enade, a avaliação das instituições e dos cursos e sugere como proposta inicial e base a auto-avaliação.

Nessa etapa, coube à CPA dar continuidade e atenção à avaliação interna na Unijuí. E o desafio posto foi: conhecer e compreender o processo de avaliação institucional na ótica da pesquisa, bem como mobilizar e sensibilizar a comunidade acadêmica para este processo, no âmbito do Sinaes, propondo que a auto-avaliação seja efetivada por meio de “um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a IES” (MEC-Conaes-Inep, 2004, p.11). Considerando as fases anteriores, já efetivadas, e com o propósito de fazer das ações universitárias, a auto-avaliação teve continuidade. Uma continuidade que procurou inserir no contexto da realidade atual o olhar sobre a história da Unijuí e a projeção para o futuro.

Cabe destacar, no contexto do processo de auto-avaliação, a reflexão de Marques, um dos idealizadores do ensino superior em Ijuí, ao abordar “a política” como essencial na vida da instituição universitária, na medida em que se constitui em possibilidade de discussão de idéias, de problemas e, principalmente, porque as soluções e alternativas aos problemas comuns devem ser buscadas pela argumentação pública. Na história desta instituição percebe-se este viés político, visto que, desde a sua fundação, reuniam-se constantemente grupos de indivíduos com o objetivo de promover o debate democrático pela exposição pública de idéias, de problemas locais e regionais na busca de inovações. Nesse horizonte, é possível reconhecer que os conceitos de *comunitário*, *participativo* e *regional* sustentam-se em uma noção de política, não aquela partidária, mas uma noção de política no sentido da “*doxa*” (opinião), ou seja, da explicitação pública de idéias e problemas (Marques, 1984).

Considera-se importante os processos avaliativos tendo em vista que a instituição, a partir do Sinaes, é enxergada pelo todo institucional, ou seja, o olhar institucional (interno e externo); o curso, e o desempenho acadêmico. É aqui que podemos nos aliar à teoria da ação comunicativa de Habermas e às idéias de Marques, que propõem a interlocução e o debate entre as partes envolvidas em uma mesma demanda, em que se busca resolver os problemas buscando a cooperação do grupo.

É na perspectiva do debate e da interlocução que a CPA atua como motivadora do processo de auto-avaliação, com a finalidade de envolver toda a comunidade acadêmica. Tem como proposição auto-avaliar-se para “se olhar”, para fazer o seu planejamento, para revisar as suas ações cotidianas inseridas numa dimensão política, para que todos percebam sua identidade e pertencimento. Fundamentada nesses pressupostos, a CPA programou ações para incentivar o envolvimento da comunidade universitária, entre elas: Material de Divulgação – produzido pela Coordenadoria de Marketing da Unijuí, consta de *folders*,

³ A publicação “Cadernos de Avaliação Institucional”, criada a partir do ano de 1994, sistematiza o processo de Avaliação Institucional da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí ao longo de sua história e, constitui-se em espaço de debate das questões atinentes ao processo de avaliação desenvolvido nesta Instituição. Essa coleção é integrada por vinte um cadernos que podem ser consultados junto à CPA, na Biblioteca Universitária Mario Osorio Marques e no Museu Antropológico Diretor Pestana. No site www.unijuí.edu.br/cpa consta a relação de títulos dessas publicações.

cartazes e a Caixa de Sugestões; participação em programas da Rádio Unijuí FM e reuniões com Reitoria, Vice-Reitorias, Conselhos Institucionais, Colegiados de Departamentos, setores e estudantes e participação em eventos abordando temáticas sobre avaliação institucional. Encontros foram promovidos com os Departamentos para apresentar o Projeto de Auto-Avaliação Institucional – III Fase, informar as ações desencadeadas com as proposições de encaminhamentos, e desafiar a que, criativamente, cada setor desenvolvesse os seus processos de avaliação, considerando as suas especificidades e respeitando as concepções do Sinaes.

Reafirmamos que a auto-avaliação, na Unijuí, é desenvolvida internamente pelos atores institucionais nos Departamentos, nos setores, na Reitoria, pelo Diretório dos Estudantes. Nesse aspecto, são papéis da CPA motivar para que cada um se auto-avaleie, acompanhar o processo e sistematizá-lo. Assim sendo, o envolvimento dos atores institucionais ocorre nesses espaços e nos fóruns institucionais, respeitadas as especificidades, estrutura e organização de cada órgão.

A CPA promove eventos com temas específicos de avaliação para o debate institucional em que todos são chamados a participar. Pode-se afirmar que a participação de todos os segmentos (professores, alunos, técnicos-administrativos e de apoio e comunidade externa) se dá de forma tímida. Essa participação, por representação, pode ser interpretada por diferentes ângulos, dentre eles a complexidade institucional, a regionalização, ou seja, várias atividades acontecem concomitantemente em espaços geográficos diferentes, enfim, pode-se enumerar diferentes perspectivas. Esse é um tema que mereceria uma pesquisa institucional.

No processo avaliativo, quanto ao corpo discente, embora os alunos participem da CPA com a representação de quatro membros, constata-se uma grande dificuldade de envolvê-los nos processos de auto-avaliação. Para este segmento está sendo mais frequente a participação por meio das coordenações de curso com proposições feitas pelos respectivos professores. Este é um desafio de como envolver os estudantes na auto-avaliação institucional? Por outro lado, eles têm a consciência, expressa por depoimentos em reuniões, de que a auto-avaliação institucional perde muito sem a sua participação como corpo discente.

Cabe ressaltar, ainda, que a representação da comunidade externa se faz presente em todas as reuniões da CPA e traz a percepção desse segmento sobre a universidade. Para melhor visualização do que a comunidade externa pensa a respeito da universidade desenvolveu-se uma pesquisa de opinião buscando perceber o que a sociedade espera da universidade e como avalia a atuação dos profissionais formados pela Unijuí. Esse instrumento, com questões abertas, foi enviado às prefeituras, Associações Comerciais e Industriais – ACIs -, Coordenadorias Regionais de Educação, escolas municipais, estaduais e particulares, empresas, entidades de classe e para egressos da Unijuí. Ressalta-se que é louvável a preocupação da Conaes quando propõe envolver a comunidade externa na avaliação, no entanto a sua participação ainda é muito restrita, fato comprovado pelo número de questionários devolvidos.

Na análise do processo de auto-avaliação, destacam-se diferentes concepções de auto-avaliação por parte das diferentes segmentos da universidade, o que resultou em encaminhamentos metodológicos diferenciados e muitas vezes originais. Estes se caracterizaram por formas significativas de pensar a Unijuí no contexto regional e nacional. Identificam-se experiências consolidadas, aquelas que estão se constituindo e ainda as que possuem uma visão fragmentada. Digno de nota, porém, é que a maioria apresenta uma auto-crítica no sentido de aperfeiçoar o processo.

Na ótica da auto-avaliação, enquanto processo permanente, e considerando a dinâmica de trabalho que se instaurou a partir do estabelecimento das políticas de avaliação do ensino superior, por intermédio do Sinaes, e pela forma como ocorre a auto-avaliação na Unijuí, considera-se um marco significativo a constituição de um programa de pesquisa cadastrado no CNPq, sobre avaliação institucional, abrangendo inúmeros projetos de pesquisadores da instituição versando sobre o tema. Esta, também é uma forma de envolvimento da comunidade interna.

A partir das atividades realizadas em cada setor/departamento, a CPA recebeu, no período de 2005 a 2006, as análises resultantes do processo desencadeado em cada unidade e elaborou o Relatório Final de Auto-Avaliação Institucional da Unijuí, em conformidade com o que estabelece a Lei Nº 10.861. Este documento apresenta a sistematização/análise do processo realizado na Unijuí, com ênfase nas ações e metodologias, bem como dos resultados alcançados no período referido. O relatório foi enviado ao Inep e tornado público para a comunidade universitária e externa. Na fase atual, os diversos setores estão trabalhando com o relatório no sentido de qualificar os seus processos institucionais e dar os encaminhamentos necessários às questões apontadas na avaliação realizada por cada unidade.

No âmbito geral de cada curso o processo de auto-avaliação, tanto pedagógico quanto administrativo, teve o planejamento, a avaliação, a execução prática, a organização dos resultados e a socialização dos mesmos geridos pelos respectivos coordenadores de colegiado de coordenação de cursos.

Na fase atual os departamentos e setores estão realizando a análise do Relatório de Auto-Avaliação sistematizado pela CPA com o objetivo de qualificar os seus processos institucionais. Esta atividade caracteriza uma forma de envolvimento da comunidade interna no processo. A CPA, coordena, também, o que denomina de “Memória do Departamento/Curso” para o acompanhamento de como está sendo realizada a auto-avaliação em cada curso, reunindo-se semanalmente para discutir o processo e fazer a sua metaavaliação.

Ciente da importância de repensar constantemente teorias e práticas, o Sinaes veio reforçar a relevância da auto-avaliação, do debate e da participação de docentes, discentes, técnicos-administrativos e comunidade externa na vida acadêmica da instituição. Segundo Habermas, a universidade não pode se fechar, se restringir ao seu entorno, e nesse propósito o Sinaes possibilita o questionamento, a investigação e o debate em torno das questões que dizem respeito ao interesse comum. É nesse contexto que a universidade comunitária, instituição plural sustentada por princípios de reflexão e diálogo, tem responsabilidades na identificação e tematização de questões fundamentais à condição humana e a constante avaliação dos processos constitui-se em alternativas para o aperfeiçoamento institucional.

Considerando a proposta do Sinaes de que as instituições sejam avaliadas pelo todo institucional é que a auto-avaliação (interna e externa), avaliação dos cursos e o Enade são processos que requerem a integração na instituição universitária. Nas discussões do grupo da CPA tem-se presente que o coordenador de cada curso é o elo para a integração destas três dimensões do Sinaes. O coordenador de curso participa de todos os momentos do processo do Sinaes e é nessa dimensão que a CPA empenha-se em trabalhar em conjunto com os coordenadores. No momento, estão sendo promovidos encontros por departamento, reunindo os coordenadores de cursos de Graduação, Pós-Graduação e de Extensão com o objetivo de discutir a relação da CPA com os cursos e a instituição, bem como a articulação entre os diferentes momentos da avaliação proposta pelo Sinaes.

Nos debates realizados com os coordenadores é possível perceber a sua responsabilidade e empenho em motivar e sensibilizar os docentes e discentes para o processo avaliativo do Sinaes, apontando para a sua importância e para a necessidade do envolvimento de todos os segmentos institucionais para que o “estado da arte”, do curso e da universidade possa ser demonstrado de forma transparente e responsável. A maioria dos cursos aponta para aspectos que merecem aprofundamento e o estabelecimento de políticas institucionais, as quais incluem os temas de formação continuada dos docentes em seu aspecto pedagógico e o acompanhamento de egressos. Importante ressaltar, contudo, que há cursos que possuem experiências consolidadas nessas duas temáticas, outros estão trabalhando na melhoria de seus processos e outros ainda que estão na fase de organização. É na dimensão do estabelecimento de uma política comum aos cursos que a universidade está empenhada.

Nesta reflexão é importante destacar que algumas coordenações de curso estão desenvolvendo análises do Enade, junto aos docentes e estudantes, de uma forma pedagógica para a compreensão dos processos empregados na construção da prova e dos conteúdos abordados. A maioria dos coordenadores vê o resultado do Enade como um importante instrumento para a qualificação dos cursos.

Para finalizar, destaca-se que o processo de auto-avaliação desencadeado pela CPA foi pautado e referenciado sempre ao sentido etimológico do termo auto-avaliar-se, que significa: “Uma avaliação, antes de tudo, deve representar um espaço de interlocução entre seus membros e da universidade com o seu entorno. Um espaço necessariamente democrático, de explicitação de valores e de confronto de concepções sobre a vida. Um espaço contínuo que mantenha a crítica como mecanismo orientador da prática cotidiana das instituições de ensino” (Projeto de Auto-Avaliação Institucional – III Fase, 2004). E, segundo o dicionário Aurélio, auto-avaliação é definida como ato ou efeito de auto-avaliar-se; avaliação feita pelo próprio indivíduo de seu desempenho em determinada atividade, ou de seus atos, conduta, caráter, etc.

Já, na proposição dos Sinaes a auto-avaliação significa um processo por meio do qual um curso ou instituição analisa internamente o que é e o que deseja ser, o que de fato realiza, como se organiza, administra e age, buscando sistematizar informações para analisá-las e interpretá-las com vistas à identificação de práticas exitosas, bem como a percepção de omissões e equívocos, a fim de evitá-los no futuro. Tem como eixo central dois objetivos, respeitadas as diferentes missões institucionais: avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a auto-análise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e ao desenvolvimento institucional, e privilegiar o conceito da auto-avaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua efetivação.

Referenciada por esses princípios, esperamos ter provocado e motivado a todos a se auto-avaliar para “se olhar”, para fazer o planejamento, para revisar as ações cotidianas inseridas numa dimensão política fundamental para que percebam a sua identidade e seu pertencimento. Foi nesse espírito que

foram norteadas as ações da CPA. E entendemos estar preparados para receber a avaliação externa, assim como por força de nossas práticas estaremos continuando a nossa auto-avaliação institucional.

Referências:

ABBAGNAMO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 1014 p.

BRUM, Argemiro Jacob. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul: **Unijuí: uma experiência de universidade comunitária: sua história, suas idéias**. 2 ed. ver. e atual. Ijuí: Ed. Unijuí, 1998. 2 v.

CALLAI, Helena Copetti, DALLA ROSA, Magna S. Cargnelutti. **Relatório final de auto-avaliação da Unijuí**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. 296p.

HABERMAS, Jurgen. **A idéia de universidade**. Processos de aprendizagem. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, S/L, S/E, Vol. 74, jan-abr. 1993.

MARQUES, Mario Osorio. **Universidade Emergente: O ensino superior brasileiro em Ijuí (RS), de 1957 a 1983**. Ijuí, Fidene, 1984. 310p.

MEC/CONAES. **Diretrizes para a Avaliação das Instituições da Educação Superior**. Brasília, 2004.

MEC/CONAES/INEP. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - roteiro de auto-avaliação institucional – orientações gerais**. Brasília, 2004.

UNIJUÍ. **Avaliação institucional: Relato da Experiência da Unijuí**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997d. (Cadernos da Avaliação Institucional, 09).

_____. **Cumprimento das recomendações para cadastramento da educação a distância da Unijuí**. Ijuí, 2004.(documento enviado ao MEC).

_____. **Projeto de Avaliação Institucional da Unijuí – III fase – Dezembro de 2004**. Ijuí: CPA – Comissão Própria de Avaliação da Unijuí.